



**PAUTA
PARA A 76ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 11 DE JUNHO DE 2012**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 23, de 2012, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Altera a redação do § 2º do artigo 199 da Lei nº 10.261, de 1968, com modificações posteriores, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

2 - Projeto de lei nº 393, de 2012, de autoria do deputado André Soares. Proíbe o estabelecimento que adota o vale-refeição como forma de pagamento a restringir a aceitação deste benefício a determinado dia, data ou horário.

3 - Projeto de lei nº 394, de 2012, de autoria do deputado Donisete Braga. Inclui no Calendário Turístico do Estado o evento "Pirapozinho Rodeio Country", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 395, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara o Município de Lençóis Paulista "Cidade do Livro".

5 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2012, de autoria do deputado Antonio Mentor. Susta, nos termos do inciso IX do artigo 20 da Constituição Estadual, o Decreto nº 57.583, de 2011.

6 - Moção nº 45, de 2012, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que sejam adotadas as providências legais cabíveis visando possibilitar a pensionista de aposentado isento do pagamento do Imposto de Renda em razão

de uma das doenças previstas na Lei 9.250/95 o direito de continuar isento.

7 - Moção nº 46, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam os esforços necessários para que o Projeto de lei 2295, de 2000, que regulamenta a jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem, técnico e auxiliar de enfermagem, para 30 horas semanais, seja aprovado.

8 - Moção nº 47, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam os esforços necessários para que o Projeto de lei 3354, de 2012, que altera a Lei de Licitações (Lei 8666/1993) com intuito de criar a Certidão Negativa de Violação ao Direito do Consumidor como critério de desempate nas licitações, seja apreciado e aprovado.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 386, de 2012, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Prefeito Antonio Figueiredo de Oliveira" ao viaduto localizado no km 433+700 metros da Rodovia Washington Luiz - SP 310, em São José do Rio Preto.

2 - Projeto de lei nº 387, de 2012, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Benedito Teixeira (Birigui)" ao viaduto localizado no km 434+800 metros da Rodovia Washington Luis - SP 310, em São José do Rio Preto.

3 - Projeto de lei nº 388, de 2012, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Cria o Programa "Preserva São Paulo".

4 - Projeto de lei nº 389, de 2012, de autoria do deputado Samuel Moreira. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Feira da Pupunha e do Agronegócio do Vale do Ribeira", em Juquiá.

5 - Projeto de lei nº 390, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Giovanni Mott" à passarela situada no km 180+5 metros da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 225, em Jaú.

6 - Projeto de lei nº 391, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Dr. Oswaldo Franceschi" ao viaduto localizado no km

183+850 metros da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 225, em Jaú.

7 - Projeto de lei nº 392, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Augusto Ataliba Lamesa" à passarela situada no km 182+780 metros da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 225, em Jaú.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 22, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a reclassificação dos salários fixados pelos Anexos I e II a que se refere o artigo 58 da Lei Complementar nº 1.025, de 2007.

2 - Projeto de lei nº 379, de 2012, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Institui o "Dia Estadual da Marcha para Jesus no Novo Milênio".

3 - Projeto de lei nº 380, de 2012, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Classifica como Estância Turística o Município de Igaratá.

4 - Projeto de lei nº 381, de 2012, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares - ABRAz", na Capital.

5 - Projeto de lei nº 382, de 2012, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Acrescenta novo inciso e novo parágrafo ao artigo 14 da Lei nº 12.300, de 2006, com o objetivo de vedar a incineração de resíduos sólidos no Estado.

6 - Projeto de lei nº 383, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui o "Programa de Fisioterapia Pediasuit" na rede pública estadual de saúde.

7 - Projeto de lei nº 384, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Expo ChocoMilho", em Santa Barbara D'Oeste.

8 - Projeto de lei nº 385, de 2012, de autoria do deputado Simão Pedro. Dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares do Estado.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 370, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla.

2 - Projeto de lei nº 371, de 2012, de autoria do deputado Jooji Hato. Institui o Programa Academias Populares no Estado.

3 - Projeto de lei nº 372, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com clínicas particulares, associações comunitárias, igrejas, organizações não-governamentais e entidades que prestam atendimento e tratamento de dependentes químicos (drogas ilícitas) e álcool.

4 - Projeto de lei nº 373, de 2012, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Helio Cruz Pimentel" ao trevo situado no km 258 da Rodovia João Melão - SP 255, em Avaré.

5 - Projeto de lei nº 374, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Institui a "Semana Estadual de Conscientização da Cardiopatia Congênita" no Estado.

6 - Projeto de lei nº 375, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Prof. Nelson Zanotti" à unidade da Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC em Santo André.

7 - Projeto de lei nº 376, de 2012, de autoria do deputado Beto Tricoli. Declara de utilidade pública a "Casa do Pequeno Trabalhador", em Atibaia.

8 - Projeto de lei nº 377, de 2012, de autoria do deputado Fernando Capez. Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de animais em hospitais ou clínicas veterinárias da rede privada no Estado.

9 - Projeto de lei nº 378, de 2012, de autoria do deputado Carlos Grana. Dispõe sobre o acesso gratuito à internet sem fio nos locais que especifica.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 362, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, o imóvel que especifica.

2 - Projeto de lei nº 363, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Autoriza o Poder Executivo a criar junto à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado o serviço de recâmbio internacional de crianças, adolescentes e jovens estrangeiros, sob medida de proteção judicial.

3 - Projeto de lei nº 364, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Altera a Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado visando incluir as Santas Casas de Misericórdia do Estado, como beneficiárias do programa.

4 - Projeto de lei nº 365, de 2012, de autoria do deputado Rui Falcão. Estabelece a política consumerista de prestação de serviço de Abastecimento de Água e Esgoto no Estado.

5 - Projeto de lei nº 366, de 2012, de autoria do deputado Sebastião Santos. Torna obrigatória a divulgação de fotos e dados de crianças desaparecidas nas contas de água de todo o Estado.

6 - Projeto de lei nº 367, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a implantação do Programa "Terapia da Rede" em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal na rede pública de saúde.

7 - Projeto de lei nº 368, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o Programa "Aluno Voluntário" nas escolas da rede pública de ensino do Estado.

8 - Projeto de lei nº 369, de 2012, de autoria do deputado Roberto Engler. Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores dos imóveis nos anúncios de classificados de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de decreto legislativo nº 37, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece decisão do Tribunal de Contas do Estado no acórdão prolatado por sua Segunda Câmara nos autos do processo TC - 013140/026/04, que julgou irregulares a licitação e o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Englux Comercial e Construtora Ltda.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 38, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do

Estado, referente ao Processo TC - 26622/026/92, que julgou irregulares os Termos de Aditamento de nºs 2 e 3, referentes a contrato firmado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Ductor Implantação de Projetos S/A.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 39, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos do Processo TC-1697/026/2007 e considera regulares a Concorrência Pública, o Contrato e o Termo de Aditamento firmados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Landa Engenharia e Construções Ltda.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 40, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao processo TC 296/003/09, que julgou irregulares a Licitação - Pregão Eletrônico e o Contrato celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública, por meio da Delegacia Seccional de Polícia de Jundiaí, e o Auto Posto Marataí Ltda.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 41, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, proferida nos autos do processo TC-37797/026/2006, que julgou irregulares a Licitação e o Contrato firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Simétrica Engenharia Ltda.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 43, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhe a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao processo TC - 006485/026/94, que julgou irregulares o pregão e o contrato, bem como as correspondentes despesas da avença celebrada entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a empresa Ductor Implantação de Projetos S/A.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 45, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020638/026/06, que julgou irregulares a tomada de preços, o contrato e o termo aditivo celebrados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE - e a Construtora Massafera Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 48, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do

Estado de São Paulo referente ao Processo RGL nº 6946, de 2009, que julgou irregular o Termo Aditivo nº 122, de 2006, ao Contrato nº 14.277-3, celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Empresa Brasileira de Obras Técnicas e Engenharia Ltda. - EBOTE.